

Com a aprovação da Lei orgânica do Governo para a presente Legislatura fixa-se a estrutura do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, a qual será materializada neste diploma orgânico, que constitui um instrumento indispensável à materialização, com eficiência e eficácia, do estabelecido no Programa do Governo para o sector da indústria, energia, turismo, comércio, turismo e artesanato, para as actividades de serviço às empresas, bem como para as políticas de regulação dos mercados.

Neste contexto, optou-se por uma estrutura desburocratizada e desconcentrada, traduzida na disposição da administração directa e indirecta do Ministério do Turismo, Indústria e Energia de um núcleo mínimo de serviços que lhe assegurem o apoio técnico e administrativo e por dar aos restantes organismos o carácter de pessoas colectivas de direito público, cuja autonomia consta ou será definida caso a caso nos respectivos diplomas orgânicos.

Assim:

No uso da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Natureza e direcção

#### Artigo 1.º

#### Objecto

O presente diploma estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, adiante designado por MTIE.

#### Artigo 2.º

#### Direcção

O MTIE é superiormente dirigido e orientado pelo Ministro do Turismo, Indústria e Energia.

#### Artigo 3.º

#### Missão

1. O Ministério do Turismo, Indústria e Energia (MTIE) é o departamento governamental que tem por missão definir, executar e avaliar políticas públicas para as actividades económicas de produção de bens e serviços, em particular as respectivas à indústria, à energia, ao comércio, ao turismo e às actividades de serviço, às empresas, coordenar e executar as políticas públicas relativas à promoção do investimento e ao desenvolvimento empresarial, incluindo a vertente inovação, visando a competitividade, a produtividade e o crescimento da economia.

2. O Ministério do Turismo, Indústria e Energia participa na elaboração e na coordenação da execução de outras políticas públicas de incidência directa na competitividade da economia cabo-verdiana, nomeadamente as respeitantes ao investimento público estratégico, à produtividade sectorial e dos factores produtivos e à melhoria do ambiente de negócios.

3. O Ministério do Turismo, Indústria e Energia propõe e executa, em coordenação com o membro do Governo responsável pelas Relações Exteriores, medidas de po-

## —————oço————— CONSELHO DE MINISTROS

### Decreto-Lei n.º 23/2013

de 19 de Junho

O Programa do Governo da VIII Legislatura 2011 – 2016 consagra a modernização da Administração Pública como um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do país no sentido da promoção da cidadania e qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência, simplificação, racionalização e informatização que conduzam concomitante à redução do gasto público supérfluo e optimização dos recursos humanos existentes.

Com esse objectivo, e em especial, no domínio da racionalização das estruturas da administração pública, o Governo aprovou a nova lei das estruturas, resultado do enquadramento estratégico e organizacional da macroestrutura governamental para a nova legislatura. O redesenho e macro-reengenharia organizacional do Estado foram concretizados, por um lado, pela reavaliação da natureza, relevância e oportunidade das missões e competências públicas e, por outro, pela necessidade de reforço dos recursos orçamentais e financeiros e capacitação do pessoal afecto aos serviços.

lítica, acções e programas de planificação e gestão das relações de Cabo Verde com a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial do Turismo (OMT), e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em matéria de propriedade industrial, e com outros organismos internacionais especializados em matéria de indústria e energia.

4. Sem prejuízo dos poderes conferidos por lei ao Conselho de Ministros, compete ao Ministério do Turismo, Indústria e Energia, a definição da orientação estratégica relativamente às entidades do sector empresarial do Estado no domínio da indústria e comércio, do turismo, do desenvolvimento empresarial, e da energia.

5. O Ministério do Turismo, Indústria e Energia define as orientações estratégicas do projecto de crescimento e competitividade e acompanha a sua execução.

6. O Ministério do Turismo, Indústria e Energia preside o Conselho Nacional do Turismo, Conselho do Ministério, Conselho Nacional para a competitividade, e o Conselho Nacional de Energia.

#### Artigo 4.º

##### Atribuições

Na prossecução da sua missão, são atribuições do MTIE:

- a) Conceber, propor, coordenar e executar políticas e estratégias em matéria de turismo, indústria e comércio, energia, concorrência e inspecção das actividades económicas, com vista a assegurar o crescimento, a competitividade e a globalização da economia nacional;
- b) Induzir estratégias empresariais abertas à inovação, transferência de tecnologia e ao desenvolvimento da produtividade, competitividade e concorrência;
- c) Promover a melhoria da actividade produtiva nacional, pelo estímulo às iniciativas nos domínios da qualidade, da investigação e desenvolvimento de base empresarial, da inovação e demonstração tecnológicas, do “know how”, da qualificação profissional, da racionalização energética, da flexibilidade produtiva, da resposta rápida à procura;
- d) Assegurar o desenvolvimento dum regime de concorrência aberto e equilibrado, por forma a garantir um rápido e eficaz acesso dos consumidores aos bens e serviços produzidos, aos benefícios da inovação e, uma relação não falseada entre as empresas, designadamente pela regulação eficiente dos mercados, onde se inserem a operacionalização e o reforço dos mecanismos de inspecção, fiscalização, prevenção e sanção;
- e) Acompanhar e avaliar os ganhos, custos e oportunidades resultantes da globalização, da integração regional, das relações económicas externas, criando condições para uma resposta coordenada, atempada e adequada à concorrência acrescida em mercados competitivos, que permitam minimizar as desvantagens e maximizar os benefícios;
- f) Estimular a modernização das estruturas empresariais, tendo em conta a sua diversidade e criando, em especial, condições para o fortalecimento das pequenas e médias empresas;
- g) Dinamizar as iniciativas de cooperação no funcionamento regular da economia, seja a nível inter-empresarial, seja ao nível do relacionamento entre o sector público e o sector privado;
- h) Desenvolver a estratégia de implementação do triângulo tecnológico envolvendo universidades e instituições científicas criadoras de conhecimento e saber fazer, o comércio e a indústria que empregam e comercializam os conhecimentos e o sistema mundial para um desenvolvimento durável;
- i) Acompanhar o desenvolvimento das empresas dos sectores incluídos na sua área de intervenção e sua eficiência e capacidade de renovação e expansão, bem como proceder ao estudo e avaliação do sistema de custos e dados da produção nacional para, com base neles, fixar os padrões de produtividade e competitividade;
- j) Apoiar os agentes económicos, estimular a iniciativa privada e promover as medidas e acções necessárias à criação de um ambiente favorável ao exercício das actividades económicas privadas;
- k) Promover a modernização e inovação tecnológicas, fomentando as actividades de investigação aplicada, o desenvolvimento tecnológico e a transferência e adaptação de novas tecnologias;
- l) Contribuir para a definição da política nacional de qualidade, conceber e implantar sistemas de modernização, normalização, controlo e certificação capazes de promover e garantir a qualidade dos produtos e serviços;
- m) Promover a criação de condições necessárias à captação de iniciativas de investimento estruturante, enquadráveis no contexto empresarial, científico e técnico nacional, que contribuam para a internacionalização das empresas e possibilitem um desenvolvimento económico sustentável, durável e equitativo;
- n) Avaliar o impacto da globalização sobre a economia nacional e propor medidas de acompanhamento, nomeadamente, no âmbito do desenvolvimento da indústria, da energia, da dessalinização, do comércio, do turismo, da qualidade dos produtos, da inspecção das actividades económicas, com vista ao crescimento económico, ao aumento da produtividade, do bem-estar e qualidade de vida.

## Artigo 5.º

## Articulações

O Ministro de Turismo, Indústria e Energia articula-se especialmente com:

- a) O membro do Governo responsável pelas Infra-estruturas e Economia Marítima, em matéria de circulação de pessoas e bens no espaço nacional, de transporte de mercadorias e de abastecimento do país;
- b) O membro do Governo responsável pela área da Saúde, em matéria de regulação dos produtos farmacêuticos;
- c) O membro do Governo responsável pela área das Relações Exteriores em matéria respeitante à integração de Cabo Verde na Comunidade Económica dos Estados da África ocidental (CEDEAO), OMC, OMPI e OMT.
- d) O membro do Governo responsável pela área das Finanças e Planeamento, em matéria de fiscalidade sobre as empresas e domiciliação fiscal das pessoas singulares e colectivas;
- e) O membro do Governo responsável área da Administração Interna, em matéria de fiscalização policial às actividades económicas;
- f) O membro do Governo responsável área da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos e o membro do Governo responsável área do Ensino Superior, Ciência e Investigação em matéria de política de formação e de investigação para os sectores do turismo, indústria, energia e comércio e de valorização dos recursos humanos para as necessidades das empresas e em matéria laboral, de produtividade e competitividade;
- g) O membro do Governo responsável área do Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Rural, em matéria de exploração de recursos minerais e haliéuticos, de qualidade de produtos alimentares, do abastecimento do mercado e da segurança alimentar e de políticas ambientais de notável incidência no condicionamento da actividade económica; e
- h) O membro do Governo responsável área da Cultura, em matéria de potencialização da vertente económica de divulgação cultural.

## CAPÍTULO II

## Estrutura Orgânica

## Secção I

## Estrutura geral

## Artigo 6.º

## Órgãos, gabinete e serviços

1. O MTIE compreende os seguintes órgãos e gabinete de apoio à formulação de políticas:

- a) O Conselho Nacional do Turismo;
- b) O Conselho Nacional para a Competitividade;

- c) O Conselho Nacional de Energia;
- d) O Conselho do Ministério; e
- e) O Gabinete do membro do Governo.

2. O MTIE compreende as seguintes Direcções:

- a) Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG);
- b) A Direcção-Geral do Turismo (DGT);
- c) A Direcção-Geral da Energia (DGE);
- d) A Direcção-Geral da Indústria e Comércio (DGIC);
- e) A Inspeção-Geral das Actividades Económicas (IGAE); e
- f) A Inspeção Geral de Jogos (IGJ).

3. O MTIE compreende ainda os seguintes serviços de base territorial:

- a) Direcção Regional de Economia do Norte (DREN); e
- b) Direcção Regional de Economia do Centro (DREC).

4. O membro do Governo responsável área do Turismo, Indústria e Energia exerce poderes de superintendência sobre os seguintes institutos públicos:

- a) A Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI);
- b) O Instituto Nacional para a Gestão da Qualidade (IGNQ); e
- c) O Instituto da Propriedade Intelectual (IPI).

5. O MTIE garante as relações do Governo com as seguintes empresas:

- a) Electricidade e Água de Cabo Verde (ELECTRA);
- b) Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio (SDTIBM);
- c) Zona Franca Comercial de Cabo Verde S.A (FIC);
- d) Estaleiros Navais de Cabo Verde (CABNAVE);
- e) Emprofac, SARL; e
- f) Zona Industrial Lazareto (ZIL).

6. O MTIE procede à coordenação sectorial em articulação com o membro do Governo responsável área da Saúde e o membro do Governo responsável área do Desenvolvimento Rural, sobre a Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Segurança Alimentar, e em coordenação com o membro do Governo responsável área das Finanças e Planeamento sobre a Agência de Regulação Económica (ARE).

## Secção II

## Órgãos e Gabinete

## Artigo 7.º

## Conselho Nacional do Turismo

O Conselho Nacional do Turismo é o órgão consultivo do membro do Governo sobre as grandes opções da política do turismo integrado e sua relação com a política nacional de desenvolvimento, cuja missão, competências, composição e modo de funcionamento constam de diploma próprio.

## Artigo 8.º

**Conselho Nacional para a Competitividade**

O Conselho Nacional para a Competitividade é o órgão consultivo dos membros do Governo sobre a competitividade e a política industrial nacional para o desenvolvimento cuja missão, competências, composição e modo de funcionamento são regulados em diploma próprio.

## Artigo 9.º

**Conselho Nacional de Energia**

O Conselho Nacional de Energia é o órgão consultivo sobre o sector energético, em questões de investimentos, planificação e segurança energética. A missão, competência, composição e modo de funcionamento, serão definidos em diploma próprio.

## Artigo 10.º

**Conselho do Ministério**

1. O Conselho do Ministério é o órgão consultivo integrado pelo Ministro, pelos dirigentes dos serviços centrais do MTIE, pelos assessores do Ministro e pelos dirigentes dos serviços autónomos e dos organismos da administração indirecta sob superintendência do Ministro.

2. O membro do Governo pode, sempre que considerar necessário, convocar para as reuniões do Conselho do Ministério, os delegados ou qualquer funcionário do Ministério.

3. Compete ao Conselho do Ministério:

- a) Participar na definição das orientações que enformam a actividade do MTIE;
- b) Participar na elaboração do plano de actividades do MTIE e apreciar o respectivo relatório de execução;
- c) Participar na definição das orientações a que deve obedecer a preparação do planeamento e orçamentação do sector;
- d) Formular propostas e emitir pareceres, nomeadamente sobre questões ligadas à orgânica, recursos humanos e relações do MTIE com os restantes serviços e organismos da Administração; e
- e) Pronunciar-se sobre outras matérias que o Ministro entender submeter à sua apreciação.

4. O Conselho do Ministério é presidido pelo Ministro do Turismo, Indústria e Energia.

5. O Conselho do Ministério dispõe de regulamento interno próprio definidos por Despacho do Ministro.

## Artigo 11.º

**Gabinete do membro do Governo**

1. Junto do membro do Governo responsável área do Turismo, Indústria e Energia funcionam o respectivo Gabinete, encarregue de o assistir, directa e pessoalmente, no desempenho das suas funções.

2. Compete ao Gabinete tratar do expediente pessoal dos membros do Governo, bem como desempenhar funções de informação, documentação e outras de carácter político ou de confiança, cabendo-lhes, designadamente:

- a) Assessorar tecnicamente o membro do Governo nos assuntos que este lhes distribua;

b) Receber, expedir e registar toda a correspondência pessoal do membro do Governo;

c) Assegurar a articulação do MTIE com as outras estruturas governamentais e com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, em assuntos que não sejam de competência específica de outro serviço;

d) Organizar as relações públicas do membro do Governo, designadamente os seus contactos com a comunicação social;

e) Assegurar o expediente e arquivo pessoal, bem como a organização da sua agenda;

f) Assegurar o expediente relativo à publicação e distribuição dos despachos, portarias, instruções, ordens de serviço, circulares e outras decisões emanadas;

g) Preparar, prestar apoio logístico e secretariar as reuniões convocadas pelo membro do Governo, designadamente as dos órgãos consultivos previstos neste diploma;

h) Proceder à recolha, classificação e tratamento de informações de interesse para o desempenho das actividades; e

i) Apoiar protocolarmente o membro do Governo.

3. O Gabinete do membro do Governo é integrado por pessoas de sua livre escolha, recrutadas externamente ou requisitadas de entre o pessoal afecto ao serviço do próprio Ministério, em número limitado, em função das dotações orçamentadas para o efeito.

4. O Gabinete do membro do Governo é dirigido por um Director Geral, provido nos termos da lei, que é substituído, nas suas ausências e impedimentos, por um elemento do Gabinete designado pelo membro do Governo.

## Secção III

**Serviços Centrais**

## Subsecção I

**Serviços de apoio ao planeamento e gestão**

## Artigo 12.º

**Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão**

1. A Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, adiante designado por DGPOG, é o serviço interdisciplinar e de apoio técnico ao MTIE, na formulação e seguimento das políticas públicas sectoriais e de apoio técnico e administrativo na gestão orçamental, recursos humanos, financeiros e patrimoniais, bem como na área da modernização administrativa.

2. A DGPOG é dirigida por um Director Geral que constitui antena focal para a execução das medidas de política para o sector da reforma do estado e modernização da administração pública.

3. Sob a coordenação do Director Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, funciona a Unidade de Gestão das Aquisições, adiante abreviadamente designado de UGA, com as competências e atribuições previstas na lei das aquisições públicas e regulamentos, entre as quais:

- a) Planear as aquisições do MTIE;

- b) Conduzir os processos negociais;
- c) Efectuar a agregação de necessidades;
- d) Fazer a monitorização das aquisições.

4. Compete à DGPOG, designadamente:

- a) Apoiar tecnicamente na preparação dos planos trienais, assegurando a ligação aos serviços centrais de planeamento no processo de elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, e de controlar a sua execução;
- b) Elaborar e manter actualizado o Quadro de Despesas Sectoriais de Médio Prazo do MTIE, articulando-se com todos os serviços e organismos, em especial com os serviços do departamento governamental responsável pela área das Finanças, em matéria relativa à gestão orçamental e financeira;
- c) Acompanhar a gestão e utilização dos recursos materiais e financeiros e proceder à consolidação dos orçamentos dos serviços e organismos do Ministério;
- d) Gerir o património do MTIE;
- e) Assegurar e coordenar a implementação de soluções informáticas a nível de todo o MTIE, privilegiando a instalação e desenvolvimento uniformes de aplicações;
- f) Centralizar e sistematizar as informações relativas à evolução de todos os projectos nas áreas de intervenção do MTIE e proceder ao seguimento, controlo e avaliação dos mesmos.

5. São serviços internos ao DGPOG com funções de apoio técnico-administrativo nos domínios do estudo, planeamento, cooperação, gestão de recursos humanos, financeiros, patrimoniais e logísticos:

- a) O Serviço de estudos e planeamento; e
- b) O Serviço de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais.

6. A DGPOG é dirigida por um Director-Geral, provido nos termos da lei.

Artigo 13.º

**Serviço de Estudo e Planeamento**

1. O Serviço de Estudo e Planeamento, abreviadamente designado por SEP, tem por missão prestar apoio técnico aos membros do Governo na definição da política económica e no planeamento estratégico, bem como apoiar os diferentes organismos do MTIE, através do desenvolvimento de estudos e da recolha e tratamento de informação.

2. Ao SEP compete:

- a) Realizar estudos que contribuam para a formulação das políticas relevantes para as áreas de intervenção do MTIE e, em especial, para a regular avaliação, numa perspectiva integrada, das medidas e programas de política adoptados, desenvolvendo, sempre que julgado adequado, formas alargadas de cooperação com centros de investigação

e gabinetes de estudos, em especial no que respeita às universidades e associações de natureza económica;

- b) Acompanhar a evolução da actividade económica, tendo em conta o âmbito de actuação do MTIE, assegurando a recolha, utilização, tratamento e análise de informação estatística e promovendo a difusão dos respectivos resultados, visando a formação de expectativas pelos agentes económicos;
- c) Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, apoiando no acompanhamento da actividade das organizações internacionais de carácter económico;
- d) Colaborar com outras entidades oficiais nas negociações de acordos de cooperação económica e apoiar o desenvolvimento da cooperação económica externa, bilateral e multilateral;
- e) Contribuir para a promoção de factores estratégicos da construção de vantagens competitivas e para a criação de um envolvente favorável à inovação e ao desenvolvimento tecnológico das empresas;
- f) Desenvolver acções que promovam a articulação entre as políticas sectoriais coordenadas pelo MTIE e outras políticas relevantes do Governo com reflexos na competitividade, crescimento, globalização e integração e cooperação económicas;
- g) Assegurar o apoio jurídico e técnico, nomeadamente emitindo pareceres sobre todas as matérias de índole jurídica que lhe forem submetidas por qualquer dos serviços do MTIE.

3. É ainda competência do SEP:

- a) Assegurar a difusão da informação relevante do MTIE, através de meios próprios ou mediante o recurso aos meios de comunicação social;
- b) Dotar o MTIE de um sistema de comunicação interna que propicie um fluxo regular e actualizado de informações susceptíveis de contribuir para a melhoria da qualidade de intervenções dos serviços;
- c) Participar na organização das relações públicas do membro do Governo;
- d) Preparar, elaborar e divulgar publicações e informações relativas aos programas de desenvolvimento e modernização nas suas diversas vertentes, em especial ligação com os serviços autónomos do MTIE;
- e) Apoiar na organização de conferências, fóruns e outras actividades, visando a divulgação e a análise de informações sobre assuntos que relevam das atribuições do MTIE; e
- f) O mais que for determinado superiormente.

4. O SEP é dirigido por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

## Artigo 14.º

**Serviço de gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais**

1. O Serviço de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais (SGRHFP) é o serviço de apoio e coordenação das políticas de desenvolvimento de recursos humanos e gestão administrativa dos recursos financeiros, materiais e patrimoniais do MTIE, bem como, da concepção e apoio técnico-normativo à formulação destas políticas e à sua monitorização e avaliação, num quadro de modernização administrativa, em prol da melhoria da qualidade do serviço público.

2. Compete ao SGRHFP no domínio dos recursos humanos:

- a) Centralizar a gestão do pessoal administrativo e auxiliar, em coordenação com as chefias do MTIE;
- b) Formular, em colaboração com os outros serviços do MTIE, os programas e acções de formação e aperfeiçoamento do pessoal; e
- c) Assegurar a ligação com a Administração Pública nos domínios de sua competência.

3. No domínio dos recursos financeiros e patrimoniais:

- a) Executar políticas de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e logísticos;
- b) Desempenhar funções de natureza administrativa e financeira de carácter comum aos diferentes serviços do Ministério, em coordenação com os mesmos;
- c) Elaborar as propostas de orçamento do Ministério, em articulação com os demais serviços e organismos internos;
- d) Promover e organizar o expediente relativo à ordenação e realização das despesas de funcionamento e investimento, em coordenação com os demais serviços e organismos do Ministério;
- e) Acompanhar e controlar a execução eficiente e rigorosa do orçamento do Ministério;
- f) Assegurar as operações de contabilidade financeira e a realização periódica dos respectivos balanços e outros instrumentos de prestação de contas;
- g) Articular-se com os serviços competentes do departamento governamental responsável pela área das finanças, em matérias relativas à gestão financeira;
- h) Proceder, em articulação com os serviços centrais do MTIE e a Direcção-Geral do Património do Estado, ao registo e controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis afectos ao Ministério, segundo as normas gerais aplicáveis;
- i) Estabelecer e propor medidas de modernização e reforma administrativa de âmbito sectorial e intersectorial, com vista a uma melhoria dos serviços e acompanhar a sua execução; e
- j) Velar pela manutenção e segurança das instalações e equipamentos afectos ao MTIE.

4. O SGRHFP é dirigido por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

## Subsecção II

**Serviços Centrais de Concepção de Estratégia, Regulamentação e Coordenação de Execução**

## Artigo 15.º

**Direcção-Geral do Turismo**

1. A Direcção-Geral do Turismo, adiante abreviadamente designada por (DGT) é o serviço responsável pela concepção, avaliação e execução da política de turismo, em estreita articulação com os serviços e organismos do sector.

2. À Direcção-Geral do Turismo, compete:

- a) Propor planos, programas e projectos que contribuam para o desenvolvimento do sector do turismo;
- b) Contribuir para a definição e execução da política de turismo, propondo medidas e acções com vista à diversificação, qualificação e melhoria da posição competitiva da oferta turística nacional, à consolidação das estruturas empresariais e à preservação e valorização dos recursos do País;
- c) Acompanhar a actividade turística, mantendo um conhecimento actualizado em termos de oferta e de procura, criando os mecanismos de observação e inventariação adequados e promovendo uma informação útil ao sector, por forma a permitir a avaliação dos efeitos das medidas da política de turismo;
- d) Contribuir para a elaboração e fundamentação das propostas legislativas e regulamentares necessárias à prossecução dos objectivos das políticas da área do turismo e acompanhar o licenciamento, qualificação e classificação da oferta turística, nos termos definidos pela lei;
- e) Propor e observar medidas de articulação do desenvolvimento da actividade turística com outras actividades económicas, bem como com políticas públicas relevantes para aquela actividade;
- f) Apoiar o Governo nas negociações e decisões, nas instâncias internacionais, envolvendo a política de turismo, em particular no quadro da Organização Mundial do Turismo, dos organismos de integração económica regional e da cooperação internacional, com vista à sua adequação aos interesses da política económica nacional;
- g) Elaborar estudos e outros trabalhos necessários à definição do produto turístico e sua valorização cultural, bem como à protecção dos recursos naturais que constituem a base do desenvolvimento turístico durável; e
- h) Organizar estatísticas referentes ao sector do turismo e divulgar informações de interesse para o desenvolvimento do mesmo, em estreita colaboração com outros serviços e organismos competentes.

3. Compete-lhe ainda:

- a) Conceber e promover a imagem de Cabo Verde como destino turístico, nos mercados interno e externo, em estreita articulação com outros serviços e organismos do sector;

- c) Definir e assegurar a aplicação da política de promoção turística do País;
- d) Identificar as áreas de especial aptidão para o turismo, em articulação com outros serviços e organismos públicos com competência na matéria;
- e) Propor e emitir parecer a planos, programas e regulamentos do sector do turismo;
- f) Participar na elaboração de programas de formação dirigidos ao sector do turismo, em estreita articulação com instituições competentes em matéria de formação profissional;
- g) Exercer as demais competências que venham a ser estabelecidas pela lei, ou o mais que for determinado superiormente.

4. A DGT é dirigida por um Director Geral provido nos termos da lei.

5. A DGT integra os seguintes serviços:

- a) Serviço de Políticas, Estudos e Mercados (SPEM); e
- b) Serviço de Acompanhamento de Actividades Turísticas (SAAT).

#### Artigo 16.º

##### Serviço de Políticas e de Estudos e Mercados

1. Compete a este Serviço:

- a) Apoiar o Governo na concepção e definição do modelo de política para o sector do turismo;
- b) Participar na preparação dos elementos para a concepção da política de desenvolvimento do turismo e assegurar a sua aplicação e execução;
- c) Analisar informações estatísticas que possam ser utilizadas para orientar as políticas do Governo e os investimentos do sector privado no desenvolvimento do sector turístico;
- d) Organizar e participar em feiras nacionais e internacionais, no intuito de promover o produto turístico, valorizando a riqueza patrimonial, a diversidade cultural e os recursos turísticos nacionais;
- e) Estabelecer e reforçar parcerias estratégicas com instituições e organismos, no sentido de atingir os objectivos preconizados para o sector;
- f) Promover estudos sobre os mercados internos e externos;
- g) Promover a realização de estudos relativamente aos produtos turísticos;
- h) Desenvolver estratégias de identificação e promoção de áreas de especial aptidão para o turismo;
- i) Contribuir para o desenvolvimento do turismo interno, promovendo o turismo social e associativo; e
- j) Propor e desenvolver conjuntos de actividades e eventos ligados ao sector, em parceria com os organismos do sector público e privado.

2. O SPEM é dirigido por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

#### Artigo 17.º

##### Serviço de Acompanhamento de Actividades Turísticas

1. Compete a este serviço:

- a) Monitorizar as acções do Estado voltadas para o desenvolvimento e o crescimento da actividade turística, a partir de pesquisas realizadas em cooperação com outros serviços e organismos competentes;
- b) Elaborar planos e estabelecer parcerias estratégicas com o objectivo de contribuir para a preservação do ecossistema, da cultura e autenticidade nacionais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e dos princípios definidos no Código Mundial de Ética da Organização Mundial do Turismo;
- c) Participar na elaboração de normas, regulamentos e especificações técnicas relativos a instalações e serviços turísticos;
- d) Emitir pareceres e análises sobre a qualidade dos empreendimentos sujeitos ao estatuto de utilidade turística;
- e) Propor e presidir vistorias de abertura às instalações declaradas de utilidade turística, com categoria superior a três estrelas;
- f) Manter actualizada a informação sobre a actividade turística e promover a sua divulgação;
- g) Emitir parecer sobre a qualidade dos empreendimentos que requeiram a atribuição do estatuto de utilidade turística e submeter a despacho ministerial os pedidos de concessão de declaração de utilidade turística;
- h) Credenciar e acompanhar a actividade dos operadores e prestadores dos serviços turísticos;
- i) Desenvolver acções de fomento, acompanhamento e apoio à indústria do turismo e às iniciativas empresariais para o desenvolvimento do sector, sensibilizando os operadores turísticos e a sociedade civil acerca da relevância da qualidade turística;
- j) Fazer o acompanhamento e execução das normas que regem o sector.

2. O SAAT é dirigido por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

#### Artigo 18.º

##### Direcção-Geral da Energia

1. A Direcção-Geral da Energia (DGE) é o serviço responsável pela definição, concepção, execução e avaliação da política energética e de dessalinização, bem como pela apresentação de propostas visando o crescimento, a melhoria e o aumento da produtividade e competitividade do sector.

2. Compete-lhe:

- a) Contribuir para a definição e execução da política energética e de dessalinização;
- b) Acompanhar a execução das medidas dela decorrentes, promovendo a modernização e o desenvolvimento sustentado da

competitividade das actividades do sector, numa perspectiva de alargamento das respectivas cadeias de valor;

- c) Contribuir para a articulação da política energética e de dessalinização com as outras políticas públicas relevantes e, em particular, com as outras políticas sectoriais desenvolvidas pelo MTIE, visando um nível elevado de investimento orientado para uma melhoria sustentada dos padrões de eficiência e flexibilidade das actividades do sector;
- d) Acompanhar as actividades de natureza energética e de dessalinização, mantendo um conhecimento actualizado, quer em termos das condições de oferta, quer em termos das tendências da procura de produtos e serviços, bem como das suas condições gerais de funcionamento nos planos tecnológico, organizacional, logístico, de processamento e fabrico e de comercialização, por forma a permitir a avaliação dos efeitos das medidas de política para o sector;
- e) Garantir o desenvolvimento de uma envolvente favorável à inovação e ao desenvolvimento tecnológico das empresas das áreas de energia e de dessalinização, e fornecer apoio técnico às unidades do sector, visando a melhoria das condições de laboração, dos processos de fabrico e da respectiva relação ambiental;
- f) Contribuir para a definição e execução da política energética e de dessalinização, visando a utilização dos recursos energéticos nacionais, a diversificação e a utilização racional das várias formas de energia e promovendo uma maior eficiência dos sistemas, processos e equipamentos ligados à produção, transformação, transporte, distribuição e consumo de energia e água dessalinizada, bem como a limitação dos efeitos nocivos da energia e dessalinização sobre o ambiente;
- g) Contribuir, em colaboração com os diversos Ministérios, para a articulação da política energética e de dessalinização com as políticas públicas com reflexos no consumo energético e com as políticas sectoriais desenvolvidas por outros organismos do MTIE;
- h) Contribuir para a elaboração das propostas legislativas e regulamentares necessárias à prossecução dos objectivos da política energética e de dessalinização, preparando, nomeadamente, instrumentos de normalização, regulamentação e especificação técnica de instalações e produtos energéticos, bem como proceder à fiscalização do cumprimento da legislação aplicável nas suas áreas de intervenção, nos termos definidos pela lei; e
- i) Contribuir para a definição estratégica e implementação de políticas de valorização e aproveitamento de fontes alternativas e renováveis de energia.

### 3. Compete-lhe ainda:

- a) Manter actualizada a informação sobre a actividade energética e de dessalinização, promovendo a sua divulgação perante o público, em geral, e os agentes económicos, em particular;
- b) Apoiar o Governo nas negociações internacionais e decisões envolvendo a política energética e de dessalinização, em particular no quadro de organizações de integração económica regional e da cooperação internacional, com vista à sua adequação aos interesses fundamentais da política económica nacional.
- c) Assegurar a criação dum ambiente favorável à inovação e ao desenvolvimento tecnológico;
- d) Elaborar e propor o respectivo regulamento orgânico, desenvolvendo a competência, organização e funcionamento das direcções de serviço que integra; e
- e) Representar o Governo de Cabo Verde em conferências e reuniões nacionais e internacionais, em matéria de energia, feitas as necessárias concertações prévias.

4. A DGE é dirigida por um Director-Geral, provido nos termos da lei.

### 5. A DGE integra os seguintes serviços:

- a) Serviço de Energias Convencionais e Dessalinização (SECD);
- b) Serviço de Energias Renováveis e Eficiência Energética (SEREE) e;
- c) Unidade de Gestão de Projectos Especiais (UGPE).

#### Artigo 19.º

#### Serviço das Energias Convencionais e Dessalinização

1. Na dependência da Direcção-Geral da Energia funciona o Serviço das Energias Convencionais e Dessalinização (SECD) que é o serviço encarregue da organização e funcionamento do sistema de energia e dessalinização nacional, da segurança do abastecimento em condições de igualdade de tratamento, qualidade, continuidade, competitividade e desenvolvimento durável amigo do ambiente.

### 2. Compete-lhe em especial:

- a) Coadjuvar a Direcção-Geral da Energia no desempenho das suas atribuições;
- b) Assegurar a concepção, execução, coordenação e controle da política energética e de dessalinização nacional, exercendo a sua actividade nas áreas das energias convencionais e da produção de água dessalinizada;
- c) Preparar e propor os planos de desenvolvimento e programas de energia e dessalinização, coordenar e acompanhar a sua execução;
- d) Propor, promover e estimular a economia de energia pela redução dos consumos de energia, pela valorização energética e aproveitamento dos desperdícios, do lixo e da cogeração;
- e) Promover a elaboração de medidas legislativas, regulamentares e fiscais, assim como de normas e especificações técnicas para o sector e velar pelo seu cumprimento;



- f) Seguir a evolução no sector das energias e da dessalinização, a nível nacional e internacional, e recolher, explorar e difundir as informações referentes;
- g) Explorar, em concertação com outros serviços e organismos públicos, estatísticas sobre energia e dessalinização;
- h) Assegurar e coordenar a realização de estudos gerais em matéria de energia e dessalinização, incluindo os estudos de avaliação e de prospecção de recursos energéticos e potencialidades de dessalinização;
- i) Planificar e coordenar o desenvolvimento da electrificação rural e urbana, em colaboração com outros organismos intervenientes no sector e seguir a sua execução;
- j) Analisar e propor a aprovação de projectos de energia, qualquer que seja a sua natureza;
- k) Contribuir, em colaboração com outras entidades, para a definição da política de tarifação energética e colaborar na fixação dos preços mais adequados e justos de energia e água dessalinizada; e
- l) Contribuir para a pesquisa e a elevação do nível de formação técnico-profissional no sector.

3. O SECD é dirigido por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

#### Artigo 20.º

##### Serviço das Energias Renováveis e Eficiência Energética

1 Na dependência da Direcção-Geral da Energia funciona o Serviço das Energias Renováveis e Eficiência Energética (SEREE), que compete:

- a) Promover e cooperar na elaboração de normas, regulamentos e especificações técnicas relativos a instalações de conversão de energias renováveis e de incremento da eficiência no uso da energia;
- b) Promover a inventariação e estudar os recursos energéticos renováveis, numa perspectiva de identificação e de exploração eficiente do potencial existente;
- c) Apoiar a implementação de instrumentos financeiros e fiscais, entre outros sistemas de apoio, quer a nível nacional quer comunitário, destinados aos recursos endógenos;
- d) Analisar e emitir parecer técnico sobre programas e projectos de aproveitamento de energias renováveis e de diversificação de fontes energéticas;
- e) Desenvolver o inventário das instalações de energias renováveis em exploração e dos projectos em desenvolvimento;
- f) Atribuir capacidade de potência e pontos de recepção a centrais de produção de energia eléctrica baseadas em energias renováveis;
- g) Contribuir para a definição de políticas, em especial nos domínios do ordenamento do território e da protecção do ambiente,

nomeadamente ao nível da partilha de informação relevante para o aproveitamento racional dos recursos energéticos renováveis;

- h) Promover a utilização de energias renováveis, mediante a definição de estratégias, programas, projectos e iniciativas ou acções específicas, junto dos agentes económicos e consumidores; e
- i) Promover a realização de estudos especializados orientados para a valorização dos recursos energéticos endógenos.

2 No âmbito da Eficiência Energética, compete ao SEREE:

- a) Promover e cooperar na elaboração de normas, regulamentos e especificações técnicas relativos ao incremento da eficiência no uso da energia;
- b) Acompanhar a evolução tecnológica dos equipamentos de consumo final de energia e promover a sua divulgação;
- c) Promover a eficiência energética e a diversificação de utilização de fontes de energia primária;
- d) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor relativa à gestão de energia;
- e) Apoiar, técnica e tecnologicamente, os consumidores visando uma maior eficiência na utilização da energia;
- f) Analisar e emitir parecer técnico sobre programas e projectos de gestão e de conservação de energia e diversificação de fontes energéticas; e
- g) Apoiar a gestão dos sistemas de incentivos e regimes de apoio estabelecidos a nível nacional, destinados aos recursos endógenos e à eficiência energética.

4. O SEREE é dirigido por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

#### Artigo 21.º

##### Unidade de Gestão de Projectos Especiais

1. Na dependência da Direcção-Geral da Energia funciona a Unidade de Gestão de Projectos Especiais (UGPE).

2. A UGPE tem como objectivo fundamental assegurar a gestão e execução de todas as actividades necessárias à concretização dos projectos sob sua responsabilidade, colaborando com os serviços centrais da DGE na execução de outras actividades inerentes ao seu âmbito de actuação, sempre que necessário se mostrar.

3. Compete-lhe especificamente o seguinte:

- a) Assegurar a boa gestão corrente e a programação dos projectos identificados e sob sua responsabilidade, definidos por despacho do Director-Geral;
- b) Assegurar a execução dos trabalhos nos prazos previstos;
- c) Assessorar a DGE em todas as matérias ligadas aos projectos identificados;

- d) Assegurar a ligação com outras estruturas e/ou entidades públicas e privadas intervenientes nos projectos, mediante concertação prévia com a DGE;
- e) Estabelecer normas de organização e funcionamento interno;
- f) Propor à DGE as medidas que contribuam para uma gestão eficaz e correcta das diferentes componentes dos projectos; e
- g) Assegurar a boa execução e implementação dos projectos sob sua responsabilidade.

4. A UGPE será integrada por elementos especificamente seleccionados e com comprovada idoneidade e competência técnica, podendo ser integrada por elementos afectos à DGE e/ou por elementos a recrutar fora do Ministério, conforme as necessidades específicas.

5. A UGPE será dirigida por um Coordenador, equiparado a Director de Serviço, nomeado pelo membro do Governo responsável pela área do Turismo, Indústria e Energia, ouvido a DGE.

6. Compete ao Coordenador:

- a) Implementar as orientações da DGE;
- b) Propor à DGE, que por sua vez faz a necessária concertação com membro do Governo responsável área do Turismo, Indústria e Energia, a constituição da equipa de trabalho;
- c) Coordenar os trabalhos da equipa e manter a necessária articulação com a estrutura da DGE, com os Ministérios, Direcções Gerais e outros Organismos envolvidos no Projecto;
- d) Coordenar a elaboração de relatórios trimestrais da UGPE, bem como de outros documentos de prestação de contas às diferentes instituições;
- e) Assegurar o diálogo com os financiadores dos projectos, fazendo as necessárias articulações com o membro do Governo;
- f) Assegurar a coordenação e a gestão global das diferentes componentes dos projectos afectos à sua gestão; e
- g) Reportar, de forma sistemática, ao Director Geral e sempre que solicitado.

7. Os recursos financeiros para as despesas correntes e de capital destinado ao funcionamento da UGPE serão assegurados pelo Tesouro e pelas diferentes fontes de financiamento mobilizadas para os projectos.

Artigo 22.º

#### **Direcção-Geral da Indústria e Comércio**

1. A Direcção-Geral da Indústria e Comércio, abreviadamente designada por (DGIC) é o serviço responsável pela apresentação de propostas relativas à concepção, execução e avaliação da política de aumento da competitividade e de produtividade e das políticas sectoriais para a indústria e para o comércio, bem como à coordenação em matérias relacionadas com a integração económica regional e cooperação internacional de índole bilateral ou multilateral.

2. À DGIC compete, designadamente:

- a) Estudar e propor a estratégia de cooperação bilateral no domínio da indústria e comércio, em articulação com outras entidades, e acompanhar os trabalhos decorrentes dessa cooperação;
- b) Acompanhar e dinamizar, em articulação com outros organismos, as acções do MTIE nas diferentes organizações internacionais da área da indústria e do comércio;
- c) Assegurar em colaboração com outros organismos do Estado, a execução dos acordos estabelecidos e ratificados por Cabo Verde.
- d) Apoiar o Governo nas negociações e decisões nas instâncias internacionais envolvendo as políticas de competitividade e globalização e as políticas sectoriais para o comércio e indústria, em particular no quadro dos organismos de integração económica e da cooperação internacional bilateral ou multilateral;
- e) Definir e assegurar a implementação da política industrial e comercial;
- f) Assegurar a implementação da estratégia de desenvolvimento da indústria e do comércio, bem como incentivar a criação de infra-estruturas industriais e comerciais;
- g) Contribuir para a definição da política nacional da qualidade, conceber e implementar, em colaboração com outros organismos nacionais, o Sistema Nacional da Qualidade, que contemple, de entre outras acções, a normalização, a certificação e a metrologia, de modo a garantir a qualidade dos produtos e dos serviços nacionais;
- h) Contribuir para a elaboração das propostas legislativas e regulamentares necessárias à prossecução dos objectivos das políticas para o sector da indústria e do comércio e assegurar o cumprimento da legislação aplicável nas suas áreas de intervenção; e
- i) Assessorar o Governo em matéria relacionado com o comércio externo.

3. Compete-lhe ainda:

- a) Elaborar, em colaboração com outros organismos de Administração Central do Estado, programas de assistência técnica e actividades industriais e comerciais financiados pelas instituições internacionais;
- b) Orientar e acompanhar metodologicamente a actividade exercida pelas Delegações ou Direcções Regionais da Economia, nas áreas da Indústria e Comércio; e
- c) Exercer outras tarefas que lhe sejam superiormente atribuídas.

4. A DGIC é dirigida por um Director-Geral, provido nos termos da lei.

5. Na dependência da DGIC agrupam-se os seguintes serviços:

- a) Serviços de Indústria;
- b) Serviços de Comércio; e
- c) Serviço de Vistorias.

Artigo 23.º

Serviços de Indústria

1. Na dependência da DGIC funcionam os Serviços de Indústria, os quais compete, especialmente:

- a) Coadjuvar a Direcção-Geral da Indústria e Comércio no desempenho das suas atribuições;
- b) Propor os planos e programas do sector da indústria e contribuir para a promoção da modernização e do desenvolvimento sustentado da competitividade das actividades industriais, numa perspectiva de incremento do valor acrescentado;
- c) Contribuir para a elaboração de propostas legislativas e regulamentares das actividades do sector da indústria e fiscalizar o seu cumprimento, tomando medidas preventivas e promovendo a repressão das respectivas infracções, sem prejuízo da competência de outras entidades;
- d) Organizar, em estreita colaboração com organismos e serviços competentes, estatísticas referentes ao sector industrial e divulgar informações de interesse para o desenvolvimento do mesmo;
- e) Promover a elaboração de normas, regulamentos e especificações técnicas relativos a instalações e produtos industriais, em concertação com os serviços e organismos competentes;
- f) Coordenar as acções necessárias à execução de normas de qualidade industrial e emitir pareceres relativos à qualidade dos projectos de instalações, dos produtos e dos serviços industriais;
- g) Colaborar com outros departamentos em acções de apoio à indústria nacional e de promoção do produto nacional nos mercados interno e externo;
- h) Colaborar em estudos e outros trabalhos que possam contribuir para a melhoria de apresentação do produto nacional e manter um conhecimento actualizado, quer em termos de oferta, quer em termos das tendências da procura de bens e serviços industriais, quer ainda no plano das suas condições gerais de funcionamento;
- i) Acompanhar a evolução dos índices de rendimento e produtividade no sector industrial;
- j) Assegurar a atribuição, registo e protecção dos direitos de propriedade industrial e zelar pelo cumprimento da respectiva legislação;
- k) Colaborar na elaboração de estudos sobre a protecção e o estímulo a conceder à indústria nacional, numa óptica de maximização da rentabilidade, da produtividade e da utilização da plena capacidade industrial.

2. Acompanhar o processo de produção industrial no tocante ao armazenamento, lançamento, tratamento, destruição e gestão de resíduos e lixos industriais.

3. O Serviço de Indústria é dirigido por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

Artigo 24.º

Serviços de Comércio

1. Na dependência da DGIC funciona o serviço de Comércio, ao qual compete coadjuvar a Direcção Geral da Indústria e Comércio no desempenho das suas atribuições.

2. Compete-lhe especialmente sobre o comércio interno, o seguinte:

- a) Organizar, em colaboração com outros serviços e organismos competentes, estatísticas referentes ao sector comercial e divulgar informações de interesse para o desenvolvimento do mesmo;
- b) Promover a elaboração de normas, regulamentos e especificações técnicas relativos a instalações e produtos comerciais, em concertação com os serviços e organismos competentes;
- c) Colaborar em estudos e outros trabalhos que possam contribuir para a melhoria de apresentação do produto nacional;
- d) Propor medidas tendentes a melhorar a protecção do comércio interno e estimular o abastecimento interno dos produtos e as exportações;
- e) Propor medidas legislativas necessárias à modernização do sector e simplificação dos procedimentos administrativos;
- f) Acompanhar o processo de licenciamento, orientar e disciplinar as operações de importação e exportação;
- g) Propor a criação de procedimentos e mecanismos para implementação dos regimes de licenciamento;
- h) Propor a criação do sistema de procedimentos e mecanismos para implementação e divulgação do regime de licenciamento automático e não automático;
- i) Definir os requisitos e procedimentos para organização, ordenamento e controlo da rede comercial e actualização do cadastro comercial dos estabelecimentos comerciais;
- j) Exercer outras tarefas que lhe sejam superiormente atribuídas.

3. O Serviço de Comércio é dirigido por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

Artigo 25.º

Serviço de Vistorias

1. O Serviço de Vistorias é o serviço direccionado para o atendimento ao público em todas as áreas de competência do MTIE.

2. O Serviço de vistoria é também o serviço encarregue de proceder às vistorias aos estabelecimentos, indústrias, comerciais e turísticos.

## Artigo 26.º

## (Função

## Secção IV

## Serviços de Inspeção

## Subsecção I

## Inspeção-geral das Actividades Económicas

## Artigo 28.º

## Denominação, natureza e missão

1. A Inspeção-Geral das Actividades Económicas (IGAE) é o órgão e autoridade de polícia criminal em matéria de infracções antieconómicas e contra a saúde pública, dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, na superintendência do membro do Governo responsável área do Turismo, Indústria e Energia.

2. A IGE vela pelo cumprimento das disposições legais que disciplinam as actividades económicas, sendo-lhe atribuída a missão de:

- a) Fiscalizar todas as áreas de intervenção que lhe estejam legalmente atribuídas;
- b) Promover acções de natureza preventiva e repressiva – incluindo a suspensão temporária de actividade económica do operador nos termos definidos pela lei – em matéria de infracções antieconómicas e contra a saúde pública;
- c) Realizar inquéritos preliminares e proceder à investigação e instrução dos processos por contra-ordenação em matéria económica e de saúde pública, incluindo os respeitantes a práticas restritivas de concorrência, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades;
- d) Conceber métodos que possam contribuir para prevenção e repressão de infracções;
- e) Elaborar e participar na elaboração de projectos de diplomas legais, no âmbito dos direitos económico e penal económico, bem como propor e colaborar no processo de actualização desses diplomas;
- f) Assessorar, quando solicitado, na elaboração de regras de carácter geral de interpretação da legislação, tendo em vista a sua divulgação e aplicação uniforme pelos serviços de inspecção;
- g) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem superiormente determinadas por lei ou despacho superior; e
- h) Coadjuvar com as demais autoridades judiciais, serviços ou entidades com funções de prevenção e investigação criminal e contra-ordenacional, utilizando os mecanismos convenientes previstos nas leis e procedimentos administrativos.

2. Exercer quaisquer outras funções que lhe forem atribuídas por lei ou superiormente determinadas.

3. A natureza, âmbito e atribuições da Inspeção-Geral das Actividades Económicas estão definidos no Decreto-Regulamentar nº 1/99, de 29 de Março.

4. A IGAE é dirigida por um Inspector-Geral, provido nos termos da lei.

## 1. Ao Serviço de Vistorias compete:

- a) Proceder ao atendimento personalizado do público;
- b) Manter actualizada a informação sobre a actividade industrial, comercial e turística e promover a sua divulgação perante o público, em geral, e os agentes económicos, em particular;
- c) Receber e dar seguimento aos processos, comerciais, industriais e turística e instruir o respectivo dossier para decisão superior, se for o caso;
- d) Receber projectos de utilidade turística e proceder ao seu devido encaminhamento;
- e) Proceder ao registo e renovação em cadastro pertinente de todos os estabelecimentos industriais, comerciais e turísticos;
- f) Propor e realizar vistoria a empreendimentos industriais, bem como organizar e manter em dia o respectivo cadastro;
- g) Propor o licenciamento e vistoria de estabelecimentos comerciais, no que não caiba, nos termos da lei, a outras entidades;
- h) Propor e realizar vistorias de abertura para efeito de licenciamento dos empreendimentos hoteleiros e agências de viagens e turismo;
- i) Proceder à autorização de importação aos importadores licenciados;
- j) Facultar informações sobre a legislação que regula o exercício de actividade do comércio, indústria, energia e turismo, bem como informações genéricas sobre estes sectores; e
- k) Receber e distribuir toda a correspondência endereçada ao Ministério.

2. O Serviço de Vistorias participa, em representação da Direcção Geral respectiva, nas comissões de vistoria a estabelecimentos comerciais, industriais e turísticos.

3. O Serviço de Vistorias é dirigido por um Director de Serviço, provido nos termos da lei.

## Artigo 27.º

## Funcionamento

1. O Serviço de Vistorias funciona num modelo de *Pront Office* integrando os vários serviços centrais do MTIE.

2. Cada funcionário que compõe o referido Serviço tem competência suficiente, para receber, analisar, processar e encaminhar ao Director de Serviço todos os processos relacionados com a prestação de serviços ao público, nas diversas áreas da competência do MTIE.

3. O Director dos serviços é a pessoa a quem cabe organizar e tornar funcional os serviços e implementar todos os mecanismos de coordenação com as Direcções Gerais de Indústria e Comércio e do Turismo.

## Subsecção II

## Inspeção-Geral de Jogos

## Artigo 29.º

## Denominação e natureza

1. A Inspeção Geral de Jogos (IGJ) é um serviço central de inspeção e controlo da actividade de jogos, dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, funcionando sob a superintendência do membro do Governo responsável pela área do Turismo, daqui em diante designado membro do Governo da tutela, a quem também presta apoio técnico especializado.

2. A IGJ é dirigida por um Inspector-Geral, coadjuvado por um Inspector-Geral adjunto, provido nos termos da lei.

3. A natureza, âmbito e atribuições da Inspeção-Geral de Jogos estão definidos no Decreto-Lei n.º 30/2010, de 23 de Agosto.

## Artigo 30.º

## Funções da Inspeção Geral de Jogos

Constituem funções da IGJ:

- a) Inspeccionar todas as actividades de exploração e prática de jogos de fortuna ou azar, fazendo respeitar as disposições legais e as cláusulas contratuais aplicáveis;
- b) Superintender em tudo o que respeite ao estudo, preparação e execução dos contratos de concessão para exploração dos jogos de fortuna ou azar, bem como à respectiva inspeção e fiscalização;
- c) Cooperar na fiscalização das modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar, sem prejuízo dos poderes fiscalizadores próprios das autoridades policiais;
- d) Sugerir e adoptar providências e instruções tendentes à conceptualização e à regulamentação de quaisquer jogos lícitos;
- e) Sugerir e adoptar providências tendentes à prevenção e à repressão dos jogos ilícitos;
- f) Promover inquéritos, sindicâncias ou averiguações aos serviços, empregados ou agentes das salas de jogos das empresas exploradoras de jogos, bem como instaurar ou mandar instaurar os consequentes processos a que as infracções dêem lugar;
- g) Exercer os poderes que lhe forem conferidos, incluindo a aplicação das penalidades pelas infracções previstas na legislação que disciplina a exploração e prática dos jogos de fortuna ou azar;
- h) Expedir as instruções genéricas necessárias e vinculativas destinadas ao cumprimento da lei e dos contratos e ao bom desempenho das funções referidas nas alíneas anteriores.

## Secção V

## Serviços de Base Territorial

## Artigo 31.º

## Direcções Regionais da Economia

1. As Direcções Regionais da Economia, abreviadamente designadas por (DRE), são serviços do MTIE, que têm por finalidade a representação e actuação do MTIE a nível regional.

2. No âmbito das circunscrições territoriais respectivas, competem as DRE:

- a) A representação do MTIE junto dos órgãos do poder local, bem como assegurar a articulação com os órgãos desconcentrados do poder central de incidência regional;
- b) Assegurar funções desconcentradas de execução das políticas do MTIE, através da produção de bens e serviços em matéria de licenciamento, fiscalização e controlo metrológico no âmbito da actividade industrial, incluindo o sector, do comércio e dos serviços, do turismo e da energia, bem como os da ADEI e da CI;
- c) Proporcionar aos agentes económicos da respectiva região os serviços que lhes permitam cumprir as obrigações regulamentares para com o MTIE; e
- d) Garantir a aplicação da legislação nos sectores da indústria, comércio e serviços, energia, qualidade e turismo, nas respectivas áreas geográficas de actuação.

3. As funções das DRE exercem-se em articulação com os organismos centrais do MTIE, nomeadamente nos domínios da indústria e comércio, energia, qualidade, incluindo o controlo metrológico e turismo.

4. A coordenação operacional das intervenções regionais e harmonização de práticas e procedimentos das DRE nas respectivas áreas geográficas é feita mediante despacho do membro do Governo responsável pela área do turismo, indústria e energia.

## Artigo 32.º

## Direcção Regional da Economia do Norte

1. A Direcção Regional da Economia do Norte, adiante designada (DREN), tem Sede em São Vicente, e representa o MTIE, nas Ilhas de São Vicente, São Nicolau e Santo Antão.

2. A DREN substitui a Direcção Regional da Economia de São Vicente.

3. A DREN engloba as antenas da CI, da ADEI e os serviços da IGAE.

4. Por Portaria do membro do Governo responsável pelo MTIE são aprovados os regulamentos, os instrumentos de gestão e a forma de funcionamento dos serviços.

## Artigo 33.º

## Direcção Regional da Economia do Centro

1. A Direcção Regional da Economia do Centro, adiante designada (DREC), tem Sede na Ilha do Sal, e representa o MTIE nas Ilhas Sal e da Boa Vista.

2. A DREC engloba as antenas da CI, da ADEI e os serviços da IGAE.

3. Por Portaria do membro do Governo responsável pelo MTIE, são aprovados os regulamentos, os instrumentos de gestão e a forma de funcionamento dos serviços.

### CAPITULO III

#### Institutos Públicos e Serviços Autónomos

##### Artigo 34.º

##### Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação

1. A Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADE) tem por objecto a promoção da competitividade e o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, em todos os aspectos relevantes e em consonância com as políticas do Governo, trabalhando em estreita ligação com os parceiros nacionais e internacionais ligados ao sector.

2. A ADEI também promove a inovação e o desenvolvimento da capacidade empresarial nacional e a melhor utilização da capacidade produtiva instalada no quadro da política de desenvolvimento dos sectores da indústria, comércio, agricultura, turismo e serviços, definida pelo Governo, visando particularmente a melhoria do ambiente de negócios.

3. O Presidente da ADEI é nomeado por Despacho do Primeiro-Ministro sob proposta do membro do Governo responsável pela área do turismo indústria e energia, e provido nos termos da lei.

##### Artigo 35.º

##### Instituto de Gestão da Qualidade

1. O Instituto de Gestão da Qualidade (IGQ) é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial com sede na cidade da Praia.

2. O IGQ prossegue atribuições do Ministério de Turismo Indústria e Energia, no que se refere às questões de qualidade, sob superintendência do respectivo membro do Governo responsável por esta área.

3. O Presidente do IGQ é nomeado por despacho do Primeiro-Ministro sob proposta do membro do Governo responsável pela área do turismo, indústria e energia e provido nos termos da lei.

##### Artigo 36.º

##### Instituto da Propriedade Intelectual

1. O Instituto da Propriedade Intelectual de Cabo Verde (IPICV) tem por objecto a promoção a defesa e a protecção da propriedade intelectual, tanto a nível nacional como a nível internacional.

2. O IPICV tem sede na Cidade da Praia e seu Estatuto é aprovado por Decreto-Regulamentar.

3. O Presidente do IPICV é nomeado por despacho do Primeiro-Ministro, sob proposta dos membros do Governo responsável pela área da indústria e da Cultura, provido nos termos da lei.

### CAPITULO V

#### Disposições finais e transitórias

##### Artigo 37.º

##### Integração, reestruturação e extinção de serviços

1. São integrados os seguintes serviços:

a) O Instituto de Gestão da Qualidade;

b) O Instituto da Propriedade Intelectual; e

c) A Inspeção Geral de Jogos.

2. É extinta a Direcção Regional da Economia de São Vicente.

##### Artigo 38.º

##### Referências legais

As referências legais feitas ao serviço objecto de extinção, referido no artigo anterior, consideram-se feitas ao serviço que passa a integrar as suas atribuições sendo os encargos financeiros resultantes suportados por reafecção de verbas do Orçamento do Estado.

##### Artigo 39.º

##### Quadro de pessoal

O quadro do pessoal do MTIE e o da respectiva gestão previsional devem ser aprovados no período de 6 (seis) meses, após a publicação do presente diploma.

##### Artigo 40.º

##### Produção de efeitos

1. Os órgãos, gabinete e serviços centrais do MTIE consideram-se instalados como centro de custos e responsabilidade com a entrada em vigor do presente diploma ou dos respectivos diplomas orgânicos.

2. As Direcções de Serviços previstas no presente diploma serão instaladas na sequência da adequação do quadro de gestão previsional do pessoal aos índices de tecnicidade minimamente exigidos, de acordo com a seguinte tabela:

a) Até 10 funcionários – 75%;

b) De 11 a 15 funcionários – 60%;

c) De 16 a 25 funcionários – 55%;

d) De 26 a 40 funcionários – 45%; e

e) Mais de 40 funcionários – 35%.

3. As comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção vigentes podem manter-se até a aprovação do quadro de gestão previsional.

##### Artigo 41.º

##### Revogação

É revogado o Decreto-lei nº 57/2009, de 19 de Maio.

##### Artigo 42.º

##### Entrada em Vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Novembro de 2012.

*José Maria Pereira Neves - Humberto Brito*

Promulgado em 12 de Junho de 2013

Publique-se

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA